



## TERCEIRIZAÇÃO

Sistemas do Detran param por falta de pagamento e prejudicam a população

Página 6

## PROTESTO

Acampamento dos Policiais Civis completa 30 dias em frente à Governadoria

Página 3



# Servidores repudiam 2,94% de reajuste proposto por Azambuja

Os coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul deliberaram agenda de mobilização durante reunião na tarde de sexta-feira (7) sobre os próximos encaminhamentos do funcionalismo público estadual após o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) anunciar apenas 2,94% de reposição inflacionária.

Páginas 4 e 5



# Cresce insatisfação dos servidores com o frustrante 2,94% de reajuste nos salários

II No dia 3 de julho, a Governadoria de Mato Grosso do Sul foi palco de um histórico protesto unificado de várias categorias, que aguardavam o Poder Executivo anunciar sua proposta de reajuste salarial, para funcionalismo público do Estado.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

Após o anúncio feito pelo governo de Reinaldo Azambuja (PSDB), as lideranças sindicais avaliaram como insuficiente o anúncio governamental, isto foi feito em ato, conjuntamente com centenas de servidores presentes, que aguardavam com ansiedade, do lado de fora da governadoria, o resultado da reunião do dia 3 de julho, entre o governo e sindicalistas.



**Ricardo Bueno: “vamos à luta, defender uma valorização real dos servidores públicos do Estado”**

Segundo Ricardo Bueno, Presidente do SINTSS/MS “já era difícil aceitar

esse valor ridículo que o governo apresentou e agora fica mais difícil ain-

da, quando analisamos os números friamente e comparamos, por exem-

plo, com os 11,28% de reajuste dos servidores do Tribunal de Justiça, a

incorporação do abono pelo Judiciário, ou ainda o percentual de reajuste de 4,9% para servidores da Assembleia”, disse.

“Ainda mais, quando a gente sabe que este foi o governo que mais aporte financeiro externo recebeu. É por estas e outras que vamos à luta, defender uma valorização real dos servidores públicos do Estado”.

O Sindicato dos Servidores da Seguridade Social (SINTSS/MS) defende a unidade dos trabalhadores, através do Fórum dos Servidores Públicos, que vai definir por ações conjuntas, para sensibilizar o governo estadual a melhorar sua proposta, em direção ao reajuste digno para o salário do funcionalismo público estadual.

## Pedro Chaves vota a favor de Aécio Neves para evitar cassação



II Senador por Mato Grosso do Sul, Pedro Chaves (PSC) recuou na hora de votar e ajudou a encerrar definitivamente o processo no Conselho de Ética contra o senador Aécio Neves (PSDB) por 11 votos a quatro.

Há cerca de duas semanas, o presidente do conselho, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), resolveu arquivar,

em decisão monocrática, a ação por quebra de decoro parlamentar apresentada pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

De acordo com Chaves, os membros não concordaram com a decisão monocrática e pediram para que o plenário decidisse sobre o arquivamento. “Os senadores membros

vieram falar comigo para que fosse desarquivado e toda a comissão pudesse mostrar seu ponto de vista. Mas foi discutido pela oposição, situação, e votado em plena liberdade pelo arquivamento definitivo”.

Chaves negou à reportagem ter sofrido pressão e ameaças, conforme relatou o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

ao Estadão.

“A minha decisão foi tomada com base na decisão do ministro do STF Marco Aurélio Mello. Não há processo de cassação, não há o que se tratar no Conselho de Ética”.

Ele ainda rebateu a acusação de corporativismo e disse que a decisão foi tomada com base no STF.

# Acampamento dos Policiais Civis completa mais de 30 dias em frente à Governadoria

II Na sexta-feira (7), os Policiais Civis completaram um mês acampados em frente à Governadoria em protesto ao governo do Estado que não cumpriu os compromissos firmados com a categoria desde 2014 e ratificado pelos secretários Carlos Alberto Assis e Eduardo Riedel em 2016. O documento assinado prometia a reestruturação da carreira e o reposicionamento salarial entre os seis melhores do País com base no salarial inicial da carreira, que atualmente é de apenas R\$ 3.888,26. “O governo do Estado está distorcendo informações ao declarar que a maior parte dos Policiais Civis tem um bom salário, quando na realidade essa maioria é composta por policiais civis que já estão no final da carreira e que têm um subsídio equivalente ao salarial inicial de outros Estados”, declara o presidente do Sinpol-MS, Giancarlo Miranda.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

O governo do Estado ofertou 2,94% de reajuste salarial a todos os servidores públicos, percentual inferior à inflação registrada de maio de 2016 a maio de



**Policiais Civis completam um mês acampados em frente à Governadoria em protesto ao governo do Estado que não cumpriu os compromissos firmados com a categoria desde 2014 e ratificado pela atual gestão em 2016**

2017, que foi de 3,59% segundo o IPCA. Os Policiais Civis se reunirão em assembleia geral na próxima segunda-feira (10), às 16h em frente à Governadoria, para

decidir se aceitam a proposta. “Se a categoria decidir continuar o protesto, estamos preparados para ficar aqui até dezembro de 2018”, concluiu Giancarlo.

# Insatisfeitos com reposição de 2,94%, coordenadores do Fórum dos Servidores define agenda de mobilizações para mês de julho

Os coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul deliberaram agenda de mobilização durante reunião na tarde de sexta-feira (7) sobre os próximos encaminhamentos do funcionalismo público estadual após o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) anunciar apenas 2,94% de reposição inflacionária.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

“A falta de transparência e diálogo do Governo do Estado tem unido cada vez mais o Fórum dos Servidores Públicos. Vamos continuar mobilizando as categorias e lutar pelos direitos trabalhistas como a reposição inflacionária digna e garantida pela Constituição Federal”, ressaltou o coordenador-geral do Fórum, Fabiano Reis.

## AGENDA DE MOBILIZAÇÕES

### - SEGUNDA-FEIRA (10 DE JULHO)

Entrevista coletiva com a imprensa, às 9h, em frente à Governadoria, para informar o posicionamento do Fórum dos Servidores Públicos que representa mais de 40 mil servidores públicos (da área da saúde, educação, segurança pública e administrativo) referente à reposição insatisfatória de 2,94% anunciada pelo governador Reinaldo Azambuja (PSDB) na última segunda-feira (3).

### - SEMANA DO DIA 10 A 14 DE JULHO

Atuação na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul para pedir apoio aos deputados estaduais para continuar a negociação salarial do funcionalismo público estadual.

Mobilização nas bases e apoio nas assembleias gerais das categorias que integram o Fórum dos Servidores Públicos para definições quanto à negociação salarial coletiva.

### - SEMANA DO DIA 17 A 21 DE JULHO

Serão intensificadas as ações de mobilizações nas mídias sociais e órgãos de imprensa para conscientizar a sociedade e servidores públicos sobre a precarização do serviço público e falta de valorização dos trabalhadores.



O percentual foi duramente criticado e rejeitado pelas lideranças dos servidores porque, segundo eles, não contemplaria nem a inflação dos últimos doze meses

## PROPOSTA DE REAJUSTE É REJEITADA PELOS SERVIDORES

Em reunião com representantes do Fórum dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) anunciou uma proposta de reajuste linear de 2,94% a partir do mês de outubro para todos os 78 mil servidores estaduais. De acordo com o Governo, o impacto do aumento será de R\$ 11 milhões mensais na folha de pagamento.

A notícia sobre a proposta do Governo foi repassada a centenas de servidores que aguardavam pelo resultado da reunião do lado de fora da Governadoria. A divulgação de 2,94% de reajuste linear foi recebida com vaias e protestos pelos trabalhadores.

O percentual foi duramente criticado e rejeitado pelas lideranças dos servidores porque, segundo eles, não contemplaria nem a inflação dos últimos doze meses. Para o presidente do Sinpol (Sindicato dos Policiais Cíveis de Mato Grosso do Sul), Giancarlo Miranda, a perda econômica estimada nos últimos três anos supera os 20%. “Esse índice é irrisório e abaixo da inflação. Não vamos pagar pela má gestão e pela ‘crise’ que não permite a valorização do servidor, mas que incentiva a isenção do ICMS. Essa gestão é muito contraditória”, destacou o presidente do Sinpol-MS.

O Fórum dos Servidores Públicos, que representa mais de 40 mil trabalhadores, não descarta possibilidade de uma Greve Geral Unificada do funcionalismo estadual.

# Recursos para o Governo do Estado reajustar o salário dos servidores nunca faltaram

O Governo do Estado tem apontado dificuldades para conceder reajustes dignos para as diferentes categorias dos servidores estaduais, quando na verdade, desde o início da atual gestão, entre recursos não previstos no orçamento e perdão da parcela da dívida com a União, entre outros benefícios, já recebeu R\$ 2,7 bilhões, sem que se tenha clareza de onde foram aplicados até agora.

## VAMOS AOS NÚMEROS

- R\$ 1,4 bilhão correspondente aos depósitos judiciais foram transferidos para os cofres estaduais com autorização da Assembleia Legislativa.
- R\$ 81 milhões correspondentes ao rateio dos recursos arrecadados na repatriação dos dólares.
- R\$ 52 milhões correspondentes às multas decorrentes da repatriação.
- R\$ 680 milhões permaneceram nos cofres estaduais, deixando de ser transferidos para a União, no segundo semestre de 2016, numa moratória que beneficiou os Estados.
- R\$ 360 milhões também referentes à dívida com a União deixaram de ser pagos no primeiro semestre de 2017.
- R\$ 100 milhões correspondentes a recursos aplicados no Banco Rural, já liberados pela Justiça.
- R\$ 60 milhões correspondentes a compensações de exportações.

## TUDO TRAZ PARA A DISCUSSÃO UM CONJUNTO DE PERGUNTAS QUE NÃO QUEREM CALAR:

Como o Governo alega não ter recursos para reajustar os servidores, se já é a gestão que mais recursos extraordinários recebeu?

Se não existem obras, e o Governo anunciou um programa de corte de gastos e de enxugamento da máquina, para onde foram os recursos?

Se já no primeiro ano, o Governo aumentou impostos (aumento de 44% no IPVA mais aumento na tributação dos supostos supérfluos), alegando que dependia desses ajustes para vencer a crise e dar reajuste os servidores, onde estão os resultados desse esforço?

Como pode o Estado alegar que atingiu a margem prudencial do gasto com pessoal se recebeu mais recursos e anunciou corte de despesas?

O que leva o Governo a reajustar seus contratos em índices acima da inflação e penalizar os servidores?

É justo reduzir os impostos para os pecuaristas e negar a correção dos salários dos servidores?

É justo aumentar os gastos com propaganda e propor reajuste zero para todas as categorias?

Agora, diante do anúncio de greve, chegou a ridículos 2,94%, sem responder a nenhuma dessas perguntas e sem responder à pergunta mais importante de todas:

## CADÊ O DINHEIRO QUE ESTAVA AQUI?

Está claro, portanto, que diante de recursos que ganhou, diante dos impostos que aumentou e das despesas que reduziu, o Governo dispõe de meios para conceder um reajuste digno para os servidores, muito superior aos ridículos 2,9% anunciados.

A realidade mostra que o Estado é viável, que os meios para conceder os reajustes existem e que não pode haver a alegada falta de recursos.

Apenas dois fatores podem impedir o Governo de conceder o reajuste pretendido pelos servidores estaduais: a incompetência no gerenciamento desse enorme conjunto de oportunidades positivas, ou a má-fé, caso por trás das sempre difíceis negociações esteja realmente o desprezo pelas categorias que levam adiante o progresso deste Estado, apesar dos seus governos.



# Sistemas do Detran param por falta de pagamento e prejudicam população de MS

II Nos últimos seis meses, a população de Mato Grosso do Sul que precisa dos serviços do DETRAN tem encontrado dificuldades no atendimento, sempre justificado pelo órgão, como falha em sistemas operacionais. Essas justificativas já foram desmentidas pelo Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS), pela imprensa e até mesmo por empresas contratadas para realização dos serviços. A interrupção dos serviços tem ocorrido por falta de pagamento às empresas terceirizadas.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

A terceirização é um problema antigo no DETRAN, já que vários serviços como Emissão de CNH, Leilões de veículos, vistorias veiculares, Aplicação de Prova Teórica, entre outros, chegando até o transporte de veículos, quando o órgão possui guincho e funcionários para o serviço. Só nesse último contrato de terceirização citado, o Detran deve desembolsar quase 600 mil reais por ano. “Além da grande quantidade de dinheiro que é gasto com as terceirizações, os serviços do DETRAN ficam nas mãos de pessoas que não são fun-



A terceirização é um problema antigo no Detran

cionários públicos. Nós nos preocupamos com dados sigilosos, bens e propriedades da população do estado”, comenta o secretário-geral do Sindetran-MS, Bruno Alves.

Na última semana, a emissão de CNH ficou suspensa por mais de três dias por falta de pagamento à empresa ICE Cartões Especiais LTDA. Depois de ser desmentido sobre a falha no sistema da empresa, o DETRAN admitiu não conseguir realizar o pagamento de 152 milhões de reais. E mesmo com dificuldade de pagamento, alegada pelo órgão, o DETRAN abriu licitação para contratação de mais uma empresa, desta vez para a prestação de

serviços de implantação, manutenção e operação de sistema computacional. Dessa vez, o valor ultrapassa os 17 milhões de reais. “Queremos entender se não é possível convocar aprovados em concurso, já homologado, para suprir as vagas existentes a um custo menor, uma vez que o serviço é permanente?”, questiona o presidente do Sindetran-MS, Octacílio Sakai Junior.

Enquanto o órgão procura desculpas para as interrupções dos serviços e não consegue justificar a contratação de mais empresas terceirizadas, o cidadão sul-mato-grossense espera por um atendimento de qualidade.



Queremos entender se não é possível convocar aprovados em concurso, já homologado, para suprir as vagas existentes a um custo menor, uma vez que o serviço é permanente?”

Octacílio Sakai  
Presidente do Sindetran-MS

## Governo de MS diz não ter dinheiro para o 13º dos servidores

II O governo de Mato Grosso do Sul confirmou na terça-feira (4), por meio do secretário de Estado de Administração e Desburocratização, Carlos Alberto de Assis, que ainda não tem dinheiro guardado para o pagamento do 13º salário dos servidores deste ano, mas afirmou que está trabalhando para garantir o recurso.

Representantes do Fórum dos Servidores deixaram a reunião com o governo na segunda-feira (3) mostrando indignação com a informação de que não teria “1 centavo” guardado para o pagamento no fim do ano.

“Não temos como queríamos a reserva para o pagamento do 13º salário. Temos uma queda de R\$ 500 milhões com o ICMS do gás. Isso nos tirou parte da receita esperada, mas estamos buscando alternativas para deixar esse caixa certo”, afirmou o secretário. “Não temos hoje, mas estamos

trabalhando para pagar o direito do servidor”.

Para garantir um fôlego e cumprir esses compromissos, o governador Reinaldo Azambuja participou na terça-feira de uma reunião no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para renegociar a dívida do Estado com o banco. Mato Grosso do Sul possui 49 mil servidores ativos e 21 inativos.

### SEM DINHEIRO

Segundo o Portal da Transparência, o governo sul-mato-grossense arrecadou desde o início do ano R\$ 6,073 bilhões, mas já empenhou R\$ 8,948 bilhões – uma diferença de 48%. O empenho é a fase em que a administração pública se compromete a reservar o valor para cobrir despesas. Carlos Alberto de Assis afirmou, no entanto, que essa comparação não deve ser vista com alarde porque existem flutuações na arrecadação pública conforme o mês.

# Defesa do Piso 20h e luta contra reformas marcaram o primeiro semestre na ACP

II A ACP encerrou as atividades do primeiro semestre com muito trabalho. Já no começo da semana, a ACP esteve na Governadoria, cobrando do governo uma posição quanto à correção salarial de todos os servidores do Estado de MS.

Da Redação  
servidorpublico.ms@gmail.com

Na quarta-feira (5), o sindicato realizou a última reunião de representantes sindicais antes das férias de julho para atualizar a categoria sobre os assuntos de interesse dos educadores.

Fechando a semana, nesta sexta-feira (07), o presidente Lucílio Nobre participou da reunião com a equipe do governo do Estado para tratar



ACP liderou importantes lutas em defesa da valorização do profissional da educação

sobre o cumprimento da Lei Complementar nº 200 (Piso 20h).

“O governo não apresentou nenhuma proposta concreta para ser debatida com a categoria, portanto a greve está mantida. No entanto, o diálogo entre a Fede-

ração e o Governo está aberto e pode ser que tenhamos uma proposta nesse período das férias. Nesse sentido, estaremos na luta pelo Piso 20h”, afirma Nobre.

Sem uma proposta do governo para cumprir a Lei do Piso, os traba-

lhadores da educação entram em greve após as férias de julho. O indicativo é iniciar a paralisação no dia 25 de julho, data que seria o retorno das aulas na Rede Estadual de Ensino, com uma assembleia geral na ACP, onde serão deliberadas as ações grevistas.

## Retrospectiva

Nos seis primeiros meses do ano, a ACP liderou importantes lutas em defesa dos trabalhadores e da valorização do profissional da educação pública de Campo Grande. Desde janeiro, a diretoria buscou o diálogo com a Prefeitura, cobrando o cumprimento da Lei Municipal 5.411/14, que estabelece o Piso salarial para uma jornada de 20h na REME.

O empenho da ACP garantiu a aplicação da correção de 2017, do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério no Piso Municipal dos professores, o que correspondeu ao índice de 7,64%. Além do reajuste deste ano, o acordo entre ACP e Prefeitura, aprovado pela categoria, estabeleceu uma comissão que está discutindo a integralização total do Piso para 20h na REME.

“Garantir a manutenção da Lei do Piso foi uma importante conquista, dado o cenário desfavorável aos trabalhadores. Agora, o desafio para a categoria é manter a mobilização para defender a continuidade da política de valorização salarial, por meio da Lei do Piso”, avalia a vice-presidente da ACP.

Na âmbito das lutas nacionais, a ACP protagonizou diversos atos contra as reformas trabalhista, previdenciária e ampliação da terceirização. Foram três greves gerais em Campo Grande, três viagens para atos em Brasília e diversas assembleias, reuniões de representantes e mobilizações.

“2017 tem sido um ano de muita luta. ACP, fazendo jus à história de 65 anos de luta completados em 18 de maio, não foge aos enfrentamentos. Estivemos na linha de frente de todas as mobilizações em defesa dos trabalhadores e da educação pública. A mobilização dos nossos filiados é a força que move a ACP, por isso, convocamos a categoria para manter-se firme no próximo semestre, principalmente na Rede Estadual de Ensino que está iniciando um movimento grevista, porque a realidade tem nos mostrado que só a luta nos garante”, finaliza Lucílio Nobre.



# Inscrições para a '7ª Corrida Saúde Cassems Noturna' começam no dia 17 de julho

A sétima edição da corrida será a primeira realizada no período noturno



As inscrições para a "7ª Corrida Saúde Cassems-Noturna" começam no próximo dia 17 de julho e vão até 01 de setembro. A sétima edição da "Corrida Saúde Cassems", que acontece no dia 21 de outubro, será a primeira realizada no período noturno. Além de inspirar hábitos saudáveis, a prova busca também promover a solidariedade, pois a inscrição para a prova inclui a doação de alimentos não perecíveis que serão entregues a entidades filantrópicas.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

Os interessados devem fazer as inscrições pelo site [www.cassems.com](http://www.cassems.com).

br/corridasaude, ou pessoalmente nas lojas Anita de Campo Grande (Avenida Mato Grosso, 2.953 e 14 de Julho, 2.013), e de Dourados (Avenida Marcelino Pires, 3.600). Para beneficiário da Caixa dos Servidores, o valor da inscrição é R\$ 30,00, mais dois quilos de alimentos não perecíveis, exceto sal. Já para o não beneficiário, o valor é R\$ 60,00, mais dois quilos de alimentos não perecíveis, exceto sal. A entrega dos kits acontece no dia 20 de outubro, das 8h às 20h, no ambulatório da sede da Cassems em Campo Grande.

Nesta edição, mais uma vez a Corrida Saúde Cassems abraça as

campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul, ao erguer as bandeiras de luta contra o câncer de mama, o câncer de

próstata, e contra todos os tipos de câncer que acometem homens e mulheres em todo o mundo.

## Serviço

A '7ª Corrida Saúde Cassems-Noturna' acontece no dia 21 de outubro e os interessados devem fazer as inscrições pelo site [www.cassems.com.br/corridasaude](http://www.cassems.com.br/corridasaude), ou pessoalmente nas lojas Anita de Campo Grande (Avenida Mato Grosso, 2.953 e 14 de Julho, 2.013), e de Dourados (Avenida Marcelino Pires, 3.600). Para beneficiário da Caixa dos Servidores, o

valor da inscrição é R\$ 30,00, mais dois quilos de alimentos não perecíveis, exceto sal. Já para o não beneficiário, o valor é R\$ 60,00, mais dois quilos de alimentos não perecíveis, exceto sal. A entrega dos kits acontece no dia 20 de outubro, das 8h às 20h, no ambulatório da sede da Cassems em Campo Grande, que fica na Rua Antônio Maria Coelho, 6.065.

## Outubro Rosa e Novembro Azul

Outubro Rosa é um movimento internacional que acontece todos os anos e tem como objetivo principal combater o câncer de mama e outros tipos de câncer que atingem as mulheres. A campanha Outubro Rosa faz um alerta à sociedade feminina para a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer. O laço rosa é o símbolo do movimento e foi lançado pela primeira vez na década de 20, quando a fundação Susan G. Komen for the Cure distribuiu vários laços cor-de-rosa aos participantes da primeira Corrida pela Cura, que aconteceu na cidade de Nova York. Desde então, o laço rosa simboliza a luta contra o câncer de mama, e o Dia Mundial de Combate ao Câncer de Mama é celebrado

em 19 de outubro.

Já o Novembro Azul é uma campanha de conscientização direcionada aos homens a respeito de doenças masculinas, com destaque para a prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de próstata. Vale lembrar que o câncer de próstata é mais incidente do que o câncer de mama, porque a maioria dos homens ainda se mostra bastante resistente quando o assunto é cuidar da saúde. A campanha Novembro Azul busca promover uma mudança de comportamento em relação à ida do homem ao urologista e à realização do exame de toque. O dia 17 de novembro foi instituído como o Dia Mundial de Combate ao Câncer de Próstata.

